



A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO REGULAR

Maria dos Milagres Farias da Silva¹
Renata Paula da Silva Barros²
Laurilene Cardoso da Silva Lopes³
Marilía Carvalho Teles⁴

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar as evidências disponíveis na literatura sobre os principais aspectos da inclusão do aluno autista no ensino básico regular. Neste contexto, este estudo trata-se de uma pesquisa de revisão integrativa proposta por Mendes e Galvão. A busca e seleção dos estudos foram realizadas nas bases de dados Portal de periódicos da Capes e Scielo. Para a amostra final foi totalizada 11 estudos. Os artigos foram publicados entre os anos de 2016 a 2020. As pesquisas foram avaliadas e distribuídas em três categorias temáticas. Os resultados demonstraram que são necessárias intervenções na adaptação de currículo, rotinas, processo formativas de professores e disposição da equipe para que a inclusão se efetive. Portanto, compreendemos que é necessário resinnificar a escola, seus funcionários, professores, alunos e a família nesse processo educativo e entender que o esse aluno com TEA tem direitos assegurados por lei, que ainda precisam ser colocados na real prática do chão da escola.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Ensino, Transtorno do Espectro Autista.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) abrange distintas condições como Asperger, TGD-SOE (Transtorno Global do Desenvolvimento sem outras especificações) e Autismo, graduando-os em níveis – leve; moderado ou severo, compreendendo uma tríade: déficits significativos e persistentes na interação e comunicação social e, ainda, padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades (CARVALHO *et al.*, 2018).

De acordo com Vasques (2003), historicamente a escolarização da criança autista era responsabilidade das instituições especializadas em educação especial e o atendimento

¹ Graduada do Curso de Licenciatura em Formação Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) - MA, milanutricionista.pi@gmail.com;

² Graduada do Curso de Licenciatura em Formação Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) - MA, renatabarroscx2018@gmail.com;

³ Mediadora do Curso Licenciatura em Formação Pedagógica. Mestre em Educação, Universidade Federal do Piauí (UFPI) - PI, lauralopesharel@gmail.com;

⁴ Professora orientadora: Mestre em Educação, Universidade Evangélica do Paraguay-PY, mariliacteless@email.com.



centrado na deficiência do aluno. No Brasil o ensino para alunos autistas, necessita avançar, pois a não aceitação, ainda é grande por parte das escolas. Deste modo, recomenda-se que as práticas pedagógicas sejam respeitadas e desenvolvidas com base nas limitações de cada criança, mas nunca deixando de incentivar a superação do aluno com autismo (SANTOS *et al.*, 2013).

Diante do atual cenário, desde a Declaração de Salamanca e surgimento das Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva às pessoas com deficiência alcançam conquistar seus direitos, surgem alguns questionamentos a cerca da inclusão de alunos com TEA: Será que a escola está sendo mesmo acessível a essa realidade de alunos autistas? Os estudantes com TEA realmente estão incluídos no ensino regular como se pensa?

Partindo de tais questionamentos e hipóteses, foi delimitado como objetivo geral, as evidências disponíveis na literatura sobre os principais aspectos da inclusão do aluno autista no ensino básico regular.

Através da rotina de trabalho, em escolas regulares como docente observava as dificuldades enfrentadas pelo professor em assumir-se como parte integrante do processo inclusivo que a escola se propõe e a rotina árdua da família em colaborar e incentivar para que o filho permanecesse na escola. Esta foi uma das motivações que me levaram a desenvolver este estudo. Posteriormente, tive oportunidade de trabalhar em um centro de apoio ao transtorno do espectro autista. Esse componente ampliou minhas percepções a cerca do processo educativo destinado as pessoas com deficiência.

Considera-se a temática pertinente e atual para nossos dias, pois infelizmente muitas escolas ainda não conseguem diferenciar o que seja integração versus inclusão, e na prática as essas instituições vêm trabalhando com uma integração em detrimento do processo inclusivo que se torna mais amplo e contínuo, muito além do que apenas garantir a matrícula, ou seja, o acesso do estudante com TEA na escola. Estar matriculado no ensino regular, não significa, portanto estar envolvido no processo de aprendizagem daquele grupo.

Nesse sentido, a pesquisa tomou como base na leitura de artigos através do acesso a plataformas de bases de dados públicas e também por meio de bibliotecas eletrônicas de periódicos brasileiros. A metodologia foi baseada em pesquisa de revisão integrativa. Para tanto, foi realizada uma discussão teórica com autores que estudam a temática, entre eles: Barberine (2016); Cruz (2014); Ponce (2019) entre outros. Desta forma, os resultados e discussões desta pesquisa foram organizados em três eixos, a primeira parte será destinada as



práticas pedagógicas, o segundo contempla o enfoque docente e a terceira as condições para que a inclusão do aluno com TEA ocorra na escola.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura que proporciona a inclusão das evidências no exercício das práxis e fornece informações mais amplas sobre um assunto/problema, constituindo, por isso, um corpo de conhecimento considerável. Deste modo, esta revisão responde a um ou mais questionamentos e utiliza métodos explícitos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos.

A cerca da metodologia da revisão integrativa, conforme lições de Mendes, Silveira e Galvão, são seis as etapas. Primeira etapa: identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; Segunda etapa: estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/ amostragem ou busca na literatura; Terceira etapa: definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/categorização dos estudos; Quarta etapa: avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; Quinta etapa: interpretação dos resultados; Sexta etapa: apresentação da revisão/síntese do conhecimento (MENDES; GALVÃO, 2008).

Para realizar o levantamento dos estudos que abordam a temática do aluno autista incluído no ensino regular, foram eleitas as bases eletrônicas de dados Portal de Periódicos da Capes e Scielo - Scientific Electronic Library Online, uma vez que as referidas bases indexam periódicos que disponibilizam artigos de qualidade científica. Inicialmente realizou-se a seleção dos artigos por meio de uma busca avançada na qual foram combinados dos descritores: ensino, “autismo”, inclusão, educação básica. Nesse momento, também foi utilizado como filtro para selecionar os artigos a serem analisados os anos de 2016 a 2020. Vale salientar que as publicações do ano de 2020 fizeram parte deste estudo devido às buscas terem sido realizadas entre os meses de maio a junho de 2020. Na fase inicial da pesquisa, utilizando os descritores, foram selecionados 24 artigos no Portal de periódicos da Capes e 32 na Scielo, totalizando 56 artigos.

Para selecionar os artigos foram utilizados como critérios de exclusão: 1. Artigos presentes em ambas às bases de dados; 2. Pesquisas cujo fosse alunos com TEA e outras deficiências; 3. Artigos que não versavam sobre a inclusão de alunos com TEA no ensino



básico e; 4. Artigos que não estavam disponíveis em acesso aberto. E, como de inclusão: artigos que abordavam, de alguma maneira, o processo de inclusão do aluno autista no ensino regular. Para aplicar esses critérios de inclusão e exclusão, inicialmente, foram selecionados os trabalhos disponíveis por meio da leitura do título e do resumo, excluindo - se 41 artigos nesta etapa e posteriormente 04 artigos por estarem duplicados. Ao final, fizeram parte desta revisão 11 artigos que versaram sobre o processo de inclusão do aluno com TEA no ensino regular.

REFERENCIAL TEÓRICO

Descrito pela primeira vez em 1943, pelo psiquiatra austríaco Léo Kanner, que no primeiro momento relacionou os sintomas a fenômenos esquizofrênicos, mas, em 1949, 9 reformulou a sua definição, o autismo foi considerado como um transtorno que incluía: grande dificuldade no contato com as pessoas, um desejo obsessivo de preservar as coisas e as situações, uma ligação especial aos objetos e a presença de uma fisionomia inteligente, além das alterações de linguagem que se estendiam do mutismo a uma linguagem sem função de comunicação (GONÇALVES, 2010; ASSUMPCÃO JÚNIOR; PIMENTEL, 2000).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) de acordo com a última formulação do DSMV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) “[...] engloba o transtorno autista (autismo), o transtorno de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância, o transtorno de Rett e o transtorno global do desenvolvimento [...]” (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2015, p.809).

No Brasil, o princípio da inclusão educacional ocorre a partir de 1990, onde passou a dar melhores condições para educadores de inclusão, mas muito longe de uma inclusão verdadeira, onde atenda todas as necessidades dos alunos com deficiência (MENDES, 2006). De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008), a ação mundial sobre a diversidade e inclusão relacionada à educação visa a defesa do direito de todos estudantes ao ensino sem nenhuma discriminação, de acordo com os direitos humanos em relação a igualdade e equidade, de acordo com o contexto histórico.

A Lei Berenice Piana (BRASIL, 2012) foi criada para auxiliar pessoas com transtorno de espectro do autismo, por encontrarem dificuldades ao longo do dia a dia ao necessitarem de acesso a tratamentos adequados e especializados, sendo assegurados por lei.



A lei para o estudante com TEA é uma conquista significativa, pois assegura que as necessidades sejam efetivadas (PEDROSA, 2017).

Cunha (2013) salienta que o aluno autista não está incluído se não for agente de sua aprendizagem, é necessário que o planejamento docente privilegie atividades que estimulem o desenvolvimento da autonomia do aluno, já que não bastam que a escola esteja equipada de recursos didáticos materiais, se não houver planejamento didático para utilizá-los com objetivos específicos a fim de se alcançar uma nova perspectiva da atuação docente.

A inclusão escolar do aluno com TEA requer mudanças de pensamentos e de hábitos, envolvendo coordenadores, funcionários da escola, professores, alunos e família (MINATEL; MATSUKURA, 2015). Assim, é relevante realizar modificações que vão além das adaptações curriculares e de horários, já que as famílias buscam uma instituição que atenda às suas expectativas e que respeite seu filho, realizando a inclusão (MARTINS; LIMA, 2018).

Em suma, garantir que o processo de inclusão seja efetivado nas instituições escolares, compreende refletir sobre a importância do processo de ensino e aprendizagem do estudante autista na construção desse espaço educativo como igualitário as pessoas com deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das análises e leituras dos artigos, foram identificados ao final do refinamento de acordo com os critérios de inclusão e exclusão onze artigos, para a composição desta revisão. No que se refere ao ano de publicação dos artigos, observa-se que há um maior destaque para o ano de 2019, referente à temática. Ressalta-se que as pesquisas aqui referenciadas se encontravam se na língua portuguesa. O local de estudo variou entre escolas que ofertaram o ensino básico, nas etapas da educação infantil e fundamental.

Para a categorização dos estudos foi realizada uma análise destes, que se organizaram nos eixos temáticos intencionando mostrar uma síntese da compreensão sobre a inclusão do aluno autista. Os eixos elaborados foram: Eixo 1 – Condições de inclusão do estudante com TEA; Eixo 2: Concepções de professores sobre a inclusão do aluno com TEA; Eixo 3: Práticas pedagógicas voltadas para a inclusão do aluno com TEA no ensino básico. A seguir serão apresentadas as análises de cada eixo temático, a saber.



Eixo I- Práticas pedagógicas voltadas para a inclusão do aluno com TEA no ensino básico

Segundo Barberini (2016), ao investigar escolarização do autista com ênfase nas práticas pedagógicas desenvolvidas por professores do Ensino Fundamental I do ensino regular que atendem em suas salas de aula, alunos diagnosticados com autismo, constatou-se dentre as professoras participantes deste estudo, todas trabalhavam com a organização de uma rotina, contemplando os aspectos da vida cotidiana do com TEA. Quanto às práticas pedagógicas, foi verificado por meio de observações em sala de aula, que as atividades escolares eram iguais as que os demais alunos efetuavam, assim contribuía para a maior socialização e interação entre os estudantes.

Para alcançar essas mudanças, é preciso repensar as concepções de currículo. Cunha (2012) aponta que é indispensável que o currículo extrapole as concepções de déficit e torne a prática pedagógica rica em experiências educativas, transformando a necessidade do aluno em vontade de aprender.

Esses achados foram semelhantes ao bibliográfico conduzido por Schimidt *et al* (2016) que ao total analisou seis estudos contemplando 37 professores que atuavam com TEA, distribuídos entre a educação infantil e fundamental. Nesta pesquisa os docentes em geral relataram que as adaptações curriculares promovidas pelo professor conseguem promover a participação e aprendizado do aluno com TEA. Porém neste estudo, aparecem como dificuldades encontradas na inclusão desse estudante, muitas vezes gerando medo, e frustração em lidar com determinados comportamentos que o aluno possa apresentar.

No processo de aprendizagem do aluno com TEA, o professor deve ter plena consciência do seu papel fundamental no desenvolvimento desse aluno, e acreditar na sua capacidade. Ainda nessa perspectiva, enfatizamos que a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva pode ser caracterizada como uma grande utopia por parte de alguns educadores que lecionam para pessoas com deficiência e com TEA, mas quando os professores se interessam e modificam suas estratégias de ensino e produzem propostas com efeitos reais no processo de inclusão, estes alcançam de forma pragmática o fazer pedagógico com vistas à inclusão (SILVA; BALBINO, 2015).



Eixo 2: Concepções de professores sobre a inclusão do aluno com TEA

No estudo conduzido por Ponce; Abrão (2019) realizou-se uma pesquisa qualitativa com quatro professoras de uma escola pública municipal que lecionavam em classes com no mínimo um estudante com TEA. O estudo foi realizado por meio de entrevistas semiestruturadas. As docentes revelaram despreparo sobre conhecimentos pedagógicos, verbalizando um sentimento de despreparo para a educação especial. Também cabe destacar nesse estudo, algumas dificuldades apresentadas pelas docentes como: tamanho físico da sala de aula, excesso de alunos, ausência de um acompanhante como aspectos desvantajosos para a inclusão.

Resultados semelhantes foram encontrados na pesquisa de Capuzzo; Sampaio; Irigon (2019) que reuniu doze professores distribuídos em duas escolas da rede municipal do estado do Tocantins, ao investigar o cotidiano da inclusão de alunos com TEA sob a percepção dos educadores. Neste estudo, foi desvelada a carência de uma formação pedagógica direcionada ao aluno com TEA nos processos formativos desde a graduação e posteriormente voltada para uma formação continuada através da secretaria municipal, assim como uma falta de conhecimento e preparo para lidar com o aluno autista. Observou que muitos professores acreditam que a socialização é o principal objetivo da escolarização desses alunos, excluindo o papel da escola na construção de práticas pedagógicas as necessidades do aluno.

Diferentemente, Maia; Bataglion; Mazo (2020) pesquisou sobre a percepção de docentes de Educação Física do Rio Grande do Sul acerca do processo inclusivo. Nas falas dos entrevistados para este estudo, é possível perceber que a presença dos alunos com TEA não é vista como um problema à docência, mas, sim, como uma fonte de desafios, em que a busca por novas estratégias pedagógicas com o objetivo fim de se proporcionar as condições necessárias à inclusão de tais alunos nas aulas. Nesse sentido, os professores demonstraram realizar esforços para entender cada um de seus alunos globalmente, não restringindo seus olhares a questões diagnósticas e limitantes da deficiência.

Eixo 3: Condições de inclusão do estudante com TEA

Receber alunos com deficiência, mais especificamente com transtornos invasivos do desenvolvimento, é um desafio que as escolas enfrentam diariamente, pois pressupõe utilizar



de adequações ambientais, curriculares e metodológicas (BRANDE; ZANFELICE, 2012).

Segundo o estudo realizado por Torres; Silva; Sousa (2018) ao relatar a experiência da inclusão de um aluno autista no ensino fundamental I, em uma escola de Rio Branco no Acre, alguns aspectos foram importantes para compreender que a inclusão do estudante com transtornos globais do desenvolvimento tais como: desenvolvimento de uma rotina, envolvimento da equipe gestora, plano de atendimento educacional e engajamento dos professores na inclusão. Existem poucas crianças autistas nesse processo de inclusão se comparadas a crianças com outras deficiências. Isso ocorre por conta da falta de preparo das escolas e professores para atender a demanda de inclusão (CAMARGO; BOSA, 2012).

Cruz (2014) nos fala de uma realidade existente ainda nas instituições, uma vez que ao reproduzirem o preconceito, enfatizando a impossibilidade de estes aprenderem, estão excluindo-os, desistindo de investir no processo de ensino aprendizagem, esse é o grande desafio. É o que se constata na pesquisa bibliográfica sobre a inclusão do aluno com autismo na educação infantil apresentada por Paula; Peixoto (2019), que a escola deverá adotar um novo modelo de projeto educacional rompendo com os paradigmas da escola tradicional, e assim não se tornará mais a mesma, ao acolher dignamente o aluno com TEA, que vai além da inclusão em uma sala de aula.

Segundo Chicon *et al.* (2016), a inclusão na sala de aula realizada diretamente pelo professor regente, deve considerar a importância de trazer esta temática da diferença/diversidade junto da sala de aula, seja por meio da arte de contação de história, teatro, seja com a participação da família, ou por outros meios, com o objetivo de esclarecer sobre a presença de crianças com deficiência no grupo, trazendo uma aceitação entre eles, compreensão e colaboração, para que desde a infância eles consigam amadurecer a ideia do acolhimento aos diferentes grupos presentes na sociedade.

Nos estudos conduzidos por Lorenzo, Rodrigues, Lima (2020) por meio de um estudo de caso de um aluno autista na educação infantil de Vila Velha no estado do Espírito Santo, ao investigar como ocorrem os modos de inclusão no ensino regular, observou que a inclusão na prática somente pode ser efetivada se todos os envolvidos na escola consigam sentir-se comprometidos com a integração do aluno com TEA, e que a participação da família neste acompanhamento da rotina escolar mostrou-se primordial.

Na pesquisa bibliográfica conduzida por Torres et al. (2020) o autor amplia as reflexões sobre a importância da capacitação e formação de professores para a educação na



perspectiva inclusiva e a inclusão do aluno com TEA necessita de estratégias pedagógicas diferentes ao passo que sua inserção na escola de ensino regular contribui muito além da socialização, pois ainda é grande o número de pessoas que enxergam esses alunos de forma errônea.

Alguns dispositivos legais como a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), trazem em seu capítulo V artigo 58, a premissa sobre a definição da educação especial, a declaração de Salamanca (1994); a dos Direitos para a Pessoa com Deficiência aprovada pelo ONU (2006) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Berenice Piana (2012) contribuem para avançar as lutas sociais e garantias dos direitos em busca de uma educação inclusiva e igualitária a todos.

Apesar de todos os documentos legais supracitados serem importantes para a inclusão de deficientes, o atual sistema educacional tem encontrado diversas dificuldades para cumprir as garantias legais de oferecer escola para todos e educação de qualidade. “A verdade é que o ensino escolar brasileiro continua aberto a poucos” (MANTOAN, 2006, p.23).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a inclusão do aluno com autismo percorre um longo caminho no contexto escolar. É necessário ressignificar a escola, seus funcionários, professores, alunos e a família nesse processo educativo e entender que o esse aluno com TEA tem direitos assegurados por lei, que ainda precisam ser colocados na real prática do chão da escola. Por sua vez, a escola que integra o aluno autista faz necessárias adaptações possam estar presentes desde a organização didático-pedagógica, rotinas, ambiente físico e processo formativo dos docentes para que inclusão do aluno seja efetiva.

Ainda precisamos avançar nesse percurso de formação de professores para atender essa realidade presente em nossas escolas, pois os processos formativos requerem práticas mais tangíveis que transformem a realidade de vida dos alunos com TEA.

Concluimos que ainda existe um grande desafio para a escola brasileira alcançar passos contínuos na inclusão desse aluno no ensino regular: a barreira do desconhecimento e do respeito às diferenças. O aluno autista, assim como outro estudante com necessidades



especiais deve ser respeitado e incluído no contexto escolar com acesso igualitário de condições e permanência.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. Dsm-V. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 4. ed. Porto Alegre: **Artes Médicas**, 2015.

ASSUMPCÃO JÚNIOR, F.B.; PIMENTEL, A.C.B. Autismo infantil. **Rev. Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v.22, n.2, p.37-39, 2000.

BARBERINI, K. Y. A escolarização do autista no ensino regular e as práticas pedagógicas. **Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvol**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 46- 55, jun. 2016 .

BRANDE, C. A; ZANFELICE, C.C. A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 43-56, jan./abr. 2012.

BRASIL. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e altera o § 3o do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 29 jul. 2020.

_____. Ministério da Educação e Secretaria de Educação Continuada. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008. Disponível em: Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm> 29 jul. 2020.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: um estudo de caso comparativo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.28, n.3, p.315-324, 2012.

CARVALHO-FILHO F.S. S; MORAES-FILHO I.M; SANTOS J.C; SILVA M.V.R. S; PEREIRA N, D. Entendimento do espectro autista por pais/cuidadores – estudo descritivo. **Rev. Cient. Sena Aires**, v.2, n.7, p.105-116, 2018.

CAPUZZO, D. B; SAMPAIO, M. A. P; IRIGON, S. L. A. A percepção dos professores acerca da inclusão do aluno autista no ensino regular público municipal. **Revista Observatório**, Palmas, v. 5, n. 3, p. 405-423, 2019.

CHICON JF. et al. Educação Física e Inclusão: A mediação pedagógica do professor na brinquedoteca. **Revista da Escola de Educação Física da UFRGS**, v. 22, n. 1, 279-292. Porto Alegre, 2016.



CUNHA, E. Autismo e Inclusão: Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: **Wak**, 2013.

CRUZ, T. Autismo e Inclusão: Experiências no Ensino Regular. 1. ed. Jundiaí: **Paco editorial**, 2014.

DE PAULA, J. B; PEIXOTO, M. F. A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades. **Cadernos da Pedagogia**, v. 13, n. 26, p. 31-45, out/dez 2019.

GUISSO, L. F; SILVA, N. B. A. Educação inclusiva um estudo de caso de um aluno autista na Educação Infantil em Vila Velha-ES. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v.30. n.1097, p. 1-6, 2019.

GONÇALVES, N. C. **O olhar da psicologia da saúde sobre o impacto do transtorno autista no núcleo familiar**. 2010. 14f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2010.

LORENZO, R; RODRIGUES, Y; LIMA, A. A. Inclusão escolar de crianças dentro do espectro autista. **Revista Psicologia**. pt, p.1-16, 2020.

MAIA, J; BATAGLION, G. A; MAZO, J. Z. Alunos com transtorno do espectro autista na escola regular: relatos de professores de educação física. **Rev. Assoc. Bras. Ativ. Mot. Adapt.**, v. 21, n. 01, p.15-30, 2020.

MARTINS, C. B.; LIMA, R. C. de. Transtorno do Espectro Autista. **Revista Brasileira de Ciências da Vida**, v. 6, n. 2, 2018. Disponível em: Disponível em:<<http://jornal.faculdadecienciasdavid.com.br/index.php/RBCV/article/view/605>>.. Acesso em: 20 jul. 2020.

MANTOAN M.T. E. Prefácio X. In: Educação inclusiva: contextos sociais. Peter Mittler, Tradução Windy Bazão Ferreira. Porto Alegre: **Artmed**, 2003.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, dez. 2006.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis v. 17, n. 4, p.758-764, out-dez, 2008.

MINATEL M. M.; MATSUKURA T. S. Familiares de crianças e adolescentes com autismo: percepções do contexto escolar. **Revista Educação Especial**. Santa Maria. n. 52, 2015.

PEDROSA, M. T. Lei do autismo: uma luta por direitos. **Bhave**, abr. 2017. Disponível em: <<http://bhav.e.life/lei-do-autismo>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

PONCE, J. O; ABRAO, J. L. F. Autismo e inclusão no ensino regular: o olhar dos professores sobre esse processo. **Estilos da clínica**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 342-357, 2019.

SANTOS, A. dos *et al*. Metodologias de Ensino para crianças autistas: superando limitações em busca da inclusão. Bahia: **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**, 2013.



SILVA, A.T; SILVA, L. H. S; HACHIMINE, A. H. F. O aluno com transtorno do espectro autista: inclusão escolar e desafios. **Educação, Batatais**, v. 6, n. 3, p. 123-141, jul./dez. 2016.

SILVA, M. K. da. S. BALBINO, E. S. **A importância da formação do professor frente ao transtorno do espectro autista – TEA: estratégias educativas.** Disponível em: <file:///C:/Users/Marcel.NTI-PC/Downloads/2152-7958-1-PB.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.

SCHMIDT, C. *et al* . Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 18, n. 1, p. 222-235, abr. 2016.

TORRES, M. S; SILVA, M. L. C; SOUSA, R. A. P. S. A inclusão de aluno autista na rede municipal de ensino na Amazônia Ocidental. **Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva**, Manaus, v. 1, n. 1, jan./jun. 2018.

TORRES J. S. et al. Inclusão de crianças autista no ambiente escolar. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 6, n. 5, p. 24535 – 24546, 2020.

VASQUES, C. K. **Um coelho branco sobre a neve: estudo sobre a escolarização de sujeitos com psicose infantil.** 2003. 170 f. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3811/000393394.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 29 jul. 2020.